



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0000400-10.2005.5.17.0141

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 07/01/2005

Valor da causa: R\$ 8.281,28

Partes:

RECLAMANTE: ERIVANDO CHIREFA

RECLAMANTE: UNIÃO FEDERAL (PGF)

RECLAMADO: SEBASTIAO CUSTODIO - ME

ADVOGADO: MARIO BIANCHI DEPOLI

RECLAMADO: SEBASTIAO CUSTODIO

ADVOGADO: MARIO BIANCHI DEPOLI

TERCEIRO INTERESSADO: PEDRO SILVIO PIMENTA

TERCEIRO INTERESSADO: ANITA MARIA MAROTTO CUSTODIO

LEILOEIRO: SUED PETER BASTOS DYNA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE COLATINA
ATOrd 0000400-10.2005.5.17.0141
RECLAMANTE: ERIVANDO CHIREFA E OUTROS (2)
RECLAMADO: SEBASTIAO CUSTODIO - ME E OUTROS (2)

Processo Judicial Eletrônico - PJe EDITAL DE LEILÃO NA MODALIDADE ELETRÔNICA

A Excelentíssima Dr. ADRIANA CORTELETTI PEREIRA CARDOSO da Vara do Trabalho de Colatina/ES, **FAZ SABER** a todos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente **EDITAL**, que o leiloeiro nomeado e devidamente credenciado perante este Juízo, Sr. Sued Peter Bastos Dyna levará a público leilão para venda e arrematação **na modalidade eletrônica**, o bem abaixo descrito, mediante as seguintes condições:

O leilão ocorrerá **na modalidade eletrônica** de alienação, no ambiente do *site*: www.suedpeterleiloes.com.br, tendo sua **abertura** no **dia 07/12/2021 a partir das 15h00** e permanecerá ativo para captação de lances até o **dia 26/01/2022, às 15h00**, data em que será encerrado.

Para ofertar lances os interessados deverão se cadastrar previamente no *site* acima citado e encaminhar ao Leiloeiro os documentos para análise e liberação do cadastro, conforme as normas estabelecidas no *site*.

Caso algum lance seja recebido a menos de 3 (*três*) minutos para encerramento da oferta de lances, será reaberto novo prazo de 3 (*três*) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. A extensão do período de oferta de lances poderá ocorrer múltiplas e sucessivas vezes até que transcorram 3 (*três*) minutos sem nenhum lance.

Serão admitidos lances com valor inferior ao da avaliação, desde que não sejam inferiores a 50% (*cinquenta por cento*) do valor da avaliação (*preço vil*), nos termos definidos pelo *caput* e Parágrafo Único do art. 891 do CPC.

O produto da alienação deverá ser pago pelo arrematante em até 24 (*vinte e quatro*) horas a partir da data do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial vinculada ao processo, a qual será emitida pelo leiloeiro.

O Arrematante pagará ao Leiloeiro, à vista, em até 24 (*vinte e quatro*) horas a partir da data do encerramento do leilão, uma comissão correspondente a 5% (*cinco por cento*) sobre o valor da arrematação.

O Leiloeiro prestará contas do leilão em até 02 (*dois*) dias úteis subsequentes à realização do depósito do lance, feito pelo arrematante, nos termos do art. 884, Inc. V do CPC.

Os lances serão preferencialmente pagos à vista.

Não havendo licitantes que ofertem o lance à vista, será admitido parcelamento nos termos do Art. 895, do CPC.

Ficam cientes as partes de que, havendo acordo, pagamento ou adjudicação, que cancelem a realização do leilão com edital já publicado, a comissão do leiloeiro ficará reduzida a 2,5% (*dois vírgula cinco por cento*) sobre o valor da avaliação do bem, ou, se esta for muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta última, com as despesas a cargo do Executado, exceto no caso de adjudicação, hipótese em que o ônus será do Exequente.

Quando se tratar de bens móveis, fica, desde logo, o leiloeiro autorizado a efetuar a remoção dos mesmos, independentemente de nova e específica ordem deste Juízo, respondendo, a partir da respectiva remoção, pelo encargo de fiel depositário. (*Art. 159 e Art. 740, §2º do CPC*).

O local para onde foram removidos os bens, bem como o valor que será cobrado pelo armazenamento, deverá ser imediatamente comunicado ao Juízo.

O pagamento dos valores devidos pelo armazenamento ficará a cargo do(a) Executado(a) (*Art. 789-A, VIII, da CLT*), exceto no caso de arrematação do(s) bem(ns), hipótese em que essa despesa será quitada com parte do valor arrecadado.

O(a) Executado(a) não poderá impedir o Leiloeiro e/ou seu representante legal de vistoriar e fotografar e, se entender necessário, remover os bens penhorados, ficando desde já, advertida de que a obstrução ou impedimento constitui crime, nos termos do art. 330 do Código Penal.

O Leiloeiro deverá informar imediatamente a este Juízo, por e-mail, eventual tentativa de obstrução do seu trabalho, a fim de que seja expedido, imediatamente, mandado judicial para que o Oficial de Justiça acompanhe o leiloeiro a

fim de dar cumprimento à remoção de bens, vistoria ou outra medida que seja necessária para viabilizar a hasta pública. No mandado constará a determinação para requisição de força policial, pelo Oficial de Justiça, caso entenda necessário.

Descrição do bem:

- Uma área de terreno rural equivalente a 30.000m² do imóvel de propriedade de SEBASTIÃO CUSTÓDIO, matrícula N°. 397, cuja totalidade mede 1.955.275,00m². situado no lugar denominado Cabeceiras do Rio Liberdade, em Marilândia -ES.
- Atenção - foi penhorado apenas a parcela de 3ha do imóvel acima.

Demais informações:

- **Valor da avaliação dos 3 ha penhorados:** R\$ 49.800 (*quarenta e nove mil e oitocentos reais*);
- **Localização do bem:** lugar denominado Cabeceiras do Rio Liberdade, em Marilândia -ES
- **Fiel depositário:** SEBASTIÃO CUSTÓDIO
- **Valor de Execução:** R\$ 8.745,58 (*oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos*), atualizada até o dia 29-04-2021;

O bem será vendido no estado de conservação em que se encontrar, não cabendo à Justiça e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências para o transporte daquele(s) arrematados.

Em caso de arrematação, assinado o Auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, nos termos do art. 903 do CPC.

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação começará a contar após a assinatura do Auto pelo Leiloeiro, pelo Arrematante e pelo Juiz, independentemente de intimação.

A Arrematação é forma de aquisição originária, sobre a qual não devem recair quaisquer dívidas anteriores, pois estas se subrogam no preço da arrematação. (*Parágrafo Único do Art. 130 CTN e Art. 908, §1º do CPC*).

Atendendo ao Princípio da Ampla Publicidade (*Art. 887, §2º do CPC*) este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DeJT, no sítio eletrônico do leiloeiro nomeado www.suedpeterleiloes.com.br e também afixado no átrio da Sede deste Juízo.

Ficam cientes da realização do(a) presente Leilão:

- **Autor:** ERIVANDO CHIREFA, CPF: 076.839.977-73; UNIÃO FEDERAL (PGF), CNPJ: 05.489.410/0001-61;
- **Advogado do(a) Autor(a):** ;
- **Réu:** SEBASTIAO CUSTODIO - ME, CNPJ: 03.569.071/0001-06; SEBASTIAO CUSTODIO, CPF: 616.137.037-91;
- **Advogado do(a) Reclamado(a):** MARIO BIANCHI DEPOLI, OAB: 14689;
- **Cônjuge do proprietário do imóvel:** ANITA MARIA MAROTTO CUSTÓDIO

Caso algumas das partes se encontrem em local incerto e não sabido e não tiverem advogado constituído nos autos, **este edital servirá como intimação**, nos termos previstos pelo Parágrafo Único do Art. 889 do CPC.

Eu, GUTEMBERG DE SOUZA, digitei.

COLATINA/ES, 28 de setembro de 2021.

ADRIANA CORTELETTI PEREIRA CARDOSO
Magistrado



Assinado eletronicamente por: ADRIANA CORTELETTI PEREIRA CARDOSO - Juntado em: 28/09/2021 17:11:04 - c8a4d2e
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/21092813192327200000024447153?instancia=1>
Número do processo: 0000400-10.2005.5.17.0141
Número do documento: 21092813192327200000024447153